

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2013

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR002581/2011

**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 06/07/2011

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR034356/2011

**NÚMERO DO PROCESSO:** 46212.011833/2011-72

**DATA DO PROTOCOLO:** 06/07/2011

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV DO EST PR,  
CNPJ n. 81.455.248/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
EPITACIO ANTONIO DOS SANTOSS;  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS  
DE APUCARANA, CNPJ n. 81.878.845/0001-86, neste ato representado(a) por seu  
Presidente, Sr(a). LAUDECIR PITTA MOURINHO;  
SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR, CNPJ n.  
84.782.846/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA;  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE CASCAVEL PR,  
CNPJ n. 77.841.682/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
HILMAR ADAMS;  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM  
TRANSPORTES RODOVIARIOS DE DOIS VIZINHOS - SINTRODOV, CNPJ n.  
78.687.431/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALCIR  
ANTONIO GANASSINI;  
SIND DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE FRANC BELTRAO, CNPJ n.  
78.686.888/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSIEL  
TADEU TELES;  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSPORTE RODOV DE GUARAPUAVA, CNPJ  
n. 80.620.206/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
VALDEMAR RIBEIRO DO NASCIMENTO;  
SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA,  
CNPJ n. 78.636.222/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
JOAO BATISTA DA SILVA;  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U  
MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA, CNPJ n.  
79.147.450/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO  
JOSE DA SILVA;  
SIND DOS COND DE VEIC ROD E ANEXOS DE PARANAGUA, CNPJ n.  
80.295.199/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSIEL  
VEIGA;  
SIND DOS MOTORISTAS, CONDU. DE VEIC. RODOV URBANOS E EM  
GERAL, TRAB. TRANSP. ROD. PBCO, CNPJ n. 80.869.894/0001-90, neste ato  
representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ENIO ANTONIO DA LUZ;  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS

RODOVIARIOS EM GERAL E TRABALHADORES EM TRANSPORTES  
RODOVIARIOS DE PONTA GROSSA, CNPJ n. 80.251.929/0001-22, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DAMAZO DE OLIVEIRA;  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM  
TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TELEMACHO BORBA - SINCONVERT,  
CNPJ n. 81.393.142/0001-68, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
OLIMPIO MAINARDES FILHO;  
SIND DOS TRAB EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TOLEDO, CNPJ n.  
80.878.085/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ ADAO  
TURMINA;  
SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA,  
CNPJ n. 80.891.708/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
HAILTON GONCALVES;  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOV DE UNIAO DA VITORIA, CNPJ  
n. 80.060.635/0001-13, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SERGIO  
PAULO KAMPMANN;  
SINDICATO DOS TRAB. CONDUTORES DE VEICULOS MOTONETAS,  
MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA,  
CNPJ n. 02.914.270/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).  
AGENOR DA SILVA PEREIRA;

E

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU, CNPJ  
n. 01.819.587/0001-28, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a).  
HELMUTH ALTHEIM;  
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as  
condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários do 2º Grupo de Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos da CNTTT, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o anexo do artigo 577 da CLT, e representando também todos os motoristas em geral, inclusive como categoria profissional diferenciada, todos os condutores de veículos rodoviários, inclusive como categoria profissional diferenciada, condutores de veículos em geral, condutores de veículos profissionais habilitados nas categorias A,B,C,D e E, a teor do art. 143 do CBT, motoristas vendedores e/ou entregadores praticistas, motociclistas, manobristas, operadores de máquinas e/ou empilhadeiras e condutores de equipamento automotor destinado a movimentação de cargas, assim como representando os empregados nas empresas dos setores a seguir especificados: "Empresas de Transportes Rodoviários das categorias econômicas de Transportes Rodoviários de Passageiros (Municipais, Intermunicipais, Interestaduais, Internacionais), Transportes Rodoviários de Cargas (Municipal, Intermunicipal, Interestadual e Internacional) em Geral, Carregadores e Transportadores de Volumes, de Bagagens em Geral, Postos de Serviços, e os empregados nas empresas que tenham, por objetivo principal ou preponderante,**

a movimentação física de mercadorias e bens em geral, em vias públicas ou rodovias, mediante a utilização de veículos automotores, bem como aquelas voltadas à prestação de serviços de logística, armazenagem ou integração multimodal, Transportes Coletivos de Passageiros Urbanos, Metropolitanos, inclusive em Automóvel de Aluguel (Táxi), Guardadores de Automóveis, Empregados de Agências e Estações Rodoviárias, Transportes de Passageiros por Fretamento (Turismo e Escolares), condutores de trator de roda, trator de esteira, trator misto, condutores de equipamento automotor destinado a execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou pavimentação, habilitados nas categorias C,D e E do art. 144 do CBT, ajudantes de motorista, como categoria similar, entendidos aqueles que, com exclusividade e em caráter permanente auxiliam o motorista em cargas, descargas e manobras, com ele permanecendo durante o transporte, empregados condutores de veículos, motoristas, como categoria diferenciada, nas empresas dos setores de: "Indústrias da Alimentação, Indústrias do Vestuário, Indústrias da Construção e do Mobiliário, Indústrias Urbanas (Inclusive Energia Elétrica, Água, Esgoto, Saneamento), Indústrias Extrativas, Indústrias de Fiação e Tecelagem, Indústrias de Artefatos de Couro, Indústrias de Artefatos de Borracha, Indústrias de Joalherias e Lapidação de Pedras Preciosas, Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Indústrias Gráficas, Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louça e Porcelana, Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos, Indústrias Cinematográficas, Indústrias de Beneficiamento, Indústrias de Artesanato em Geral e Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico". "Comércio Atacadista, Comércio Varejista, Agentes Autônomos do Comércio, Comércio Armazenador, Turismo e Hospitalidade, Empresas de Refeições Coletivas e Estabelecimentos de Serviços de Saúde". "Empresas de Comunicações, Empresas Jornalísticas, Empresas de Rádio e Televisão e Empresas de Publicidade". Estabelecimentos Bancários, Empresas de Seguros Privados e Capitalização, Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito e Entidades de Previdência Privada". "Estabelecimentos de Ensino, Empresa de Difusão Cultural e Artísticas, Estabelecimentos de Cultura Física e Estabelecimentos Hípicos", definidos na forma do quadro anexo do Artigo 577 da CLT". E os empregados condutores de veículos e motoristas, como categoria diferenciada, nas empresas dos setores a seguir: "Empregadores na Lavoura, Empregadores na Pecuária e Empregadores na Produção Extrativa Rural", definidos na forma do Artigo 1º das Portarias nºs 71 e 394 do MTPS". Cooperativas em Geral, "grupo constituído pelas Cooperativas de todos os setores econômicos", "Serviços Públicos", "Empresas de Economia mista de serviços públicos e seus concessionários e de outros ramos da economia; empresas públicas de administração direta e indireta cujos empregados sejam regidos pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho, com abrangência territorial em PR.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO:**

## **VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/04/2012**

Fica estabelecido o salário correspondente aos seguintes valores mensais, a partir de 1º de maio de 2011:

- |   |                     |
|---|---------------------|
| a) Motoristas de Jamanta/Carreta e Semi Reboques                                  | <b>R\$ 1.428,00</b> |
| b) Motoristas de Truck  | <b>R\$ 1.264,00</b> |
| c) Motoristas de Veículos de Grande Porte como Toco                               | <b>R\$ 1.086,00</b> |
| d) Motoristas de veículos de Médio Porte (MB 608 e similares) e Op. Empilhadeiras | <b>R\$ 905,00</b>   |
| e) Motoristas de veículos de pequeno porte até (01 tonelada) e Motociclistas      | <b>R\$ 747,00</b>   |

### **Reajustes/Correções Salariais**

## **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL: VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2011 a 30/04/2012**

Os salários fixos ou a parte fixa dos salários dos integrantes da categoria diferenciada dos condutores de veículos rodoviários, devidos em maio de 2010, já corrigidos na forma da convenção coletiva de trabalho, serão reajustados a partir de 1º de maio de 2011, com aplicação do percentual de 8,15% (oito vírgula quinze por cento).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As diferenças relativas ao mês de maio causado pelo atraso nas negociações deverão ser quitadas juntamente com o mês de junho sem outros ônus para as empresas.

### **Descontos Salariais**

## **CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS DE TRÂNSITO INERENTES À PROFISSÃO:**

A empresa comunicará ao seu empregado a ocorrência de notificação de infração de trânsito, quando pelo mesmo praticado, no exercício de sua atividade laboral, apresentando-lhe a respectiva notificação e dele colhendo ciência, a fim de que o mesmo possa solicitar documentos, sempre por escrito e contra recibo, e interpor o recurso, em lei previsto, podendo a empregadora subsidiá-lo a tanto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na ocorrência de notificação de infração de trânsito, praticada pelo empregado no exercício de suas funções, a empresa providenciará a apresentação do condutor, que deverá firmar o formulário de identificação e fornecer os dados e documentos, na forma estabelecida na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica autorizado o desconto salarial dos valores decorrentes de multa de trânsito, em uma única vez ou parcelado, após o decurso do prazo à interposição de recurso administrativo pelo empregado, e desde que esta circunstância tenha sido prevista no contrato de trabalho conforme § 1º do Art 462

da CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, estando pendente recurso administrativo, fica autorizado o desconto do valor da multa, no documento de rescisão contratual, certo que, em havendo a desconstituição da infração, em sede administrativa ou judicial, ao empregado será devolvido o valor descontado, sendo de sua responsabilidade o pedido de restituição do referido valor junto ao Departamento Pessoal da Empresa.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO:**

As empresas fornecerão comprovantes de pagamentos, especificando as verbas pagas, descontos efetuados e recolhimento do FGTS.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO:**

As empresas que optarem pela antecipação do 13º salário poderão fazer os referidos pagamentos em quatro parcelas, respectivamente nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA OITAVA - ALIMENTAÇÃO E ESTADIA:**

Aos empregados, quando em viagem a serviço da empresa, fora do seu domicílio sede, é assegurada a percepção de alimentação e estadia paga pelas empresas, nos seguintes valores: R\$ 14,00 (quatorze reais), para almoço; R\$ 14,00 (quatorze reais), para jantar; R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), para café; R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), para pernoite, totalizando R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) de despesas diárias comprovadas por documentos fiscais, sem natureza salarial.

#### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA NONA - SEGURO DE VIDA:**

As empresas que, em 1º de maio de 2011, não possuam seguro de vida em grupo, sob sua inteira responsabilidade, pagarão mensalmente, o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário mínimo, por empregado abrangido por esta convenção, ao Sindicato Profissional, que se obriga a manter apólice coletiva de seguro, em favor

de seus representados, constantes da relação mensal, junto à guia de recolhimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O mencionado seguro deverá oferecer cobertura mínima de R\$ 6.000,00 para morte natural e invalidez permanente e R\$ 12.000,00 para morte em decorrência de acidente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese da empresa possuir até cinco empregados abrangidos por esta convenção, deverá proceder pagamentos semestrais antecipados, a este título, ao Sindicato Profissional, sem se desobrigar, no entanto, de manter informada a Entidade Sindical obreira sobre alterações de admissão e demissão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O seguro estipulado pelo Sindicato Profissional vigorará após 60 (sessenta) dias da comunicação de adesão e pagamento do prêmio em guias por este fornecidas, com autenticação do recolhimento em conta bancária. A empresa deverá comunicar de imediato, ao Sindicato Profissional, o nome e a data do nascimento do segurado. Ocorrendo o sinistro dentro do mencionado prazo de carência não caberá qualquer responsabilidade ao Sindicato Profissional.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Permanecem válidos os benefícios mais favoráveis concedidos pela empresa, neste sentido, ficando esta, no entanto, responsável por eventual indenização, decorrente do não cumprimento do ora estabelecido.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A vigência desta cláusula será após 60 (sessenta) dias, do arquivamento deste instrumento na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Paraná.

### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE:**

Os empregadores concederão vale transporte aos empregados que utilizem em valor mensal nunca inferior ao oficialmente cobrado pelas empresas de transporte coletivo multiplicado pelo número de deslocamentos diários e pelo número de dias úteis no mês. O vale transporte será concedido também na hipótese de trabalho em outros dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Faculta-se o pagamento em dinheiro do vale transporte, até o último dia útil antecedente a sua utilização.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Havendo aumento de tarifas após o pagamento opcional em dinheiro as empresas efetuarão em até 10 (dez) dias a competente complementação.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS:**

Ao empregado admitido à função de outro empregado dispensado, sem justa causa, será garantido aquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais (instrução 001 do TST.).

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA DISPENSA:**

No caso de despedida por justa causa, as empresas comunicarão por escrito aos empregados o motivo da dispensa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL:**

Nas rescisões contratuais aplicar-se-á o artigo 477 da CLT com a redação dada ao mesmo pela Lei 7.855/89. Na hipótese de não ser efetuado o mencionado pagamento, nos termos estipulados, motivado pela ausência do empregado, a empresa fará comunicação por escrito aos Sindicatos dos Trabalhadores, que terá 05 (cinco) dias para a sua manifestação. Persistindo a ausência ficará a empresa dispensada de qualquer sanção.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE TRABALHO PREVISTAS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DA CATEGORIA**

As condições de trabalho fixadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria predominante nas empresas, firmadas pela entidade patronal participante da presente Convenção Coletiva de Trabalho e os Sindicatos representantes dos empregados da categoria predominante correspondente, serão aplicadas aos Motoristas e motociclistas, no que aqui não for regulado ou não for conflitante com as disposições aqui adotadas, obrigando-se o Sindicato Patronal a fornecer cópias das mesmas e de seus Termos Aditivos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Serão aplicadas aos motoristas antecipações, reajustes ou abonos espontaneamente concedidos por Acordos Coletivos ou Aditivos à Convenção Coletiva da categoria predominante.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE**

## **TRABALHO:**

Para as empresas e empregados que optarem pelo regime de compensação de jornada de trabalho, o horário será o seguinte:

**a)** Extinção completa do trabalho aos sábados: As horas de trabalho correspondente aos sábados serão compensadas no decurso da semana de segunda a sexta-feira, com acréscimo de até no máximo, duas horas diárias, de maneira que nesses dias se completem as quarenta e quatro horas semanais, respeitados os intervalos da Lei;

**b)** Extinção parcial do trabalho aos sábados: As horas correspondentes a redução do trabalho aos sábados, serão da mesma forma compensadas pela prorrogação da jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, observadas as condições básicas referidas no item anterior;

**c)** Competirá a cada empresa, de comum acordo com seus empregados, fixar jornada de trabalho, para efeito de compensação objetivando a extinção total ou parcial do expediente aos sábados, dentro das normas aqui estabelecidas.

Com a manifestação de comum acordo antes referido, tem-se cumpridas as exigências legais, sem outra formalidade, observados os dispositivos de proteção da mulher e do menor.

## **Férias e Licenças**

### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS:**

Ao empregado com menos de um ano de empresa, e que rescinda seu contrato laboral, será devido o pagamento das férias proporcionais. Fica assegurado também o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal na concessão das férias ou na rescisão contratual.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - UNIFORMES E MATERIAL PARA TRABALHO:**

Quando obrigatório o uso de uniformes e equipamentos para o trabalho, as empresas fornecerão gratuitamente, vedada qualquer desconto a esse título.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS:**

As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos expedidos pelos

profissionais dos Sindicatos dos Trabalhadores, tendo em vista convênio firmado com o INSS e, na hipótese das empresas disporem de serviços médicos e odontológicos próprios, suas validades dependerão do visto de seus profissionais.

## **Relações Sindicais**

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES À ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONA**

Todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento normativo, aprovado mediante autorização da assembléia geral extraordinária da entidade profissional, contribuirão com valor mensal a título de Contribuição Assistencial, nos termos do artigo 8º, II, da Constituição Federal, Artigo 513 da CLT, “ e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias” , MEMO CIRCULAR SRT/MTE Nº 04 DE 20/01/2006 e na conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a seguir transcrita: “ Sentença Normativa – Cláusula relativa à Contribuição Assistencial - A turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição sindical imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição” (RE 189.960-SP – Relator Ministro Marco Aurélio – acórdão publicado no Diário da justiça da União, em 07/11/2000).

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Diante da manifestação do Supremo Tribunal Federal e nos termos do artigo 8º, II, da Constituição Federal, do Art. 513 da CLT, “ e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias” , MEMO CIRCULAR SRT/MTE Nº 04 DE 20/01/2006 ficam as empresas obrigadas ao desconto de 1% (um por cento), conforme aprovado em assembléia geral da categoria profissional, do salário básico de cada trabalhador, mensalmente, recolhendo o total descontado em conta bancária do sindicato profissional, através de guia por este fornecida, conforme assembléia da categoria realizada no **mês de novembro de 2010**.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRTE/MTE Nº 04 DE 20/01/2006, a seguir transcrita: “ Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato, carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias antes do primeiro desconto, após o depósito do instrumento coletivo de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento” .

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas deverão ser tratados diretamente com o sindicato profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade em relação à cláusula.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

Conforme previsto no artigo 625-C, da Lei nº 9.958 (DOU de 13.1.2000), os acordantes, na medida do possível, envidarão esforços no sentido da implantação de Comissões de Conciliação Prévia.

## **Disposições Gerais**

### **Regras para a Negociação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO:**

Os entendimentos com vistas à celebração de Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 para as cláusulas 04 reajuste salarial e 06 salários normativos, deverão ser iniciados 60 (sessenta) dias antes do início daquele período.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PENALIDADES:**

Pela inobservância do disposto nesta Convenção, excetuada a que se refira a cláusula 18, que já tem penalidade prevista, será aplicada multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do salário normativo, por empregado, que reverterá em favor da parte prejudicada.

### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPRESAS CONCORDATÁRIAS, FALIDAS:**

As empresas concordatárias e a massa falida que continuar a operar, poderão, previamente, negociar com a entidade sindical dos Empregados condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A negociação prevista no caput da cláusula 07 estende-se também as empresas que comprovarem dificuldades econômicas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO:**

As divergências serão, dirimidas pelas partes, sendo que o foro competente para apreciar qualquer reclamação trabalhista oriunda da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será o da Junta de Conciliação e julgamento ou Juízo de Direito da localidade onde o empregado prestar seus serviços ao empregador.

EPITACIO ANTONIO DOS SANTOSS  
Presidente  
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV DO EST PR

LAUDECIR PITTA MOURINHO  
Presidente  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS  
DE APUCARANA

APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA  
Presidente  
SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR

HILMAR ADAMS  
Presidente  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE CASCAVEL PR

ALCIR ANTONIO GANASSINI  
Presidente  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM  
TRANSPORTES RODOVIARIOS DE DOIS VIZINHOS - SINTRODOV

JOSIEL TADEU TELES  
Presidente  
SIND DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE FRANC BELTRAO

VALDEMAR RIBEIRO DO NASCIMENTO  
Presidente  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSPORTE RODOV DE GUARAPUAVA

JOAO BATISTA DA SILVA  
Presidente  
SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA

RONALDO JOSE DA SILVA  
Presidente  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U  
MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA

JOSIEL VEIGA  
Presidente  
SIND DOS COND DE VEIC ROD E ANEXOS DE PARANAGUA

ENIO ANTONIO DA LUZ  
Presidente  
SIND DOS MOTORISTAS, CONDU. DE VEIC. RODOV URBANOS E EM

GERAL, TRAB.TRANSF. ROD. PBCO

DAMAZO DE OLIVEIRA

Presidente

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS EM GERAL E TRABALHADORES EM TRANSPORTES  
RODOVIARIOS DE PONTA GROSSA

OLIMPIO MAINARDES FILHO

Presidente

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS  
RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM  
TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TELEMACHO BORBA - SINCONVERT

LUIZ ADAO TURMINA

Presidente

SIND DOS TRAB EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TOLEDO

HAILTON GONCALVES

Presidente

SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA

SERGIO PAULO KAMPMANN

Presidente

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOV DE UNIAO DA VITORIA

AGENOR DA SILVA PEREIRA

Presidente

SINDICATO DOS TRAB. CONDUTORES DE VEICULOS MOTONETAS,  
MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA

HELMUTH ALTHEIM

Vice-Presidente

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .